



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 14ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

2 – ORDEM DO DIA

2.1 – Plenário

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissão

4 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/3/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.064 a 4.068/2017 – Requerimentos n°s 6.535 a 6.546/2017 – Comunicações: Comunicação do deputado Dilzon Melo – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Sargento Rodrigues, João Leite e André Quintão – Registro de Presença – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Geraldo Pimenta, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Antônio Jorge, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Heberth Percope Seabra, gerente de filial da Caixa Econômica Federal, informando a celebração do Contrato de Repasse nº 839627/2016 entre a Secretaria de Estado de Esportes e a CEF. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Reynaldo Aben-Athar, diretor do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional, informando a liberação de recursos ao Estado, por intermédio do Banco do Brasil S.A., referentes ao Cronograma de Desembolso do Convênio/Cadastro Siafi nº 687272, destinados à execução do objeto pactuado, conforme processo nº 59508.000180/2016-37. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.560/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Da Sra. Sônia Toledo Gonçalves, procuradora-chefe substituta da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, informando ter sido realizada reunião com entidades da sociedade civil para tratar das propostas de reforma trabalhista e previdenciária, ocasião em que foi constituído o Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social, bem como encaminhando cópia da Carta em Defesa dos Direitos Sociais e de notas técnicas apresentadas pelo Ministério Público do Trabalho e solicitando desta Casa contribuição para o debate das reformas citadas. (– À Comissão do Trabalho.)

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.595/2016, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.657/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.704/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.849/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.969/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.980, 5.983, 5.984, 6.044 e 6.045/2016, da Comissão de Participação Popular.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.064/2017

Declara o Município de Nova Lima “Capital Estadual da Cerveja Artesanal”.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Município de Nova Lima fica declarado “Capital Estadual da Cerveja Artesanal”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2017.

Deputado Fred Costa (PEN)

Justificação: Fundado em 1891, o Município de Nova Lima, pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, possui atualmente população estimada em 88 mil habitantes. Historicamente importante à época do ciclo do ouro, o município conheceu seu apogeu e foi um dos mais importantes e desenvolvidos em tecnologias de exploração aurífera do século XVII. Nos anos seguintes, também ocupou lugar de importância devido ao desenvolvimento considerável de pequenas manufaturas locais. Atualmente, tem como principal atividade econômica a extração do minério de ferro, responsável por mais de 5 mil dos 46,3 mil empregos gerados pela cidade.

Entretanto, desde 2005, Nova Lima desponta, no setor terciário, como produtora cervejeira artesanal, sendo o município responsável pelo atual título dado ao Estado de Minas Gerais, conhecido como “A Bélgica brasileira”.

A produção de cervejas surgiu, primeiramente, pelo prazer em produzir uma bebida apreciável e altamente consumível pelo público mineiro. Aberta pelo austríaco Hervig Gangl na capital mineira, em 1997, a cervejaria Krug Bier teve sua fábrica transferida para o município em 2005. Unidas a esta, somente na RMBH, segundo o Ministério da Agricultura em Minas Gerais, estão registradas 11 das 24 microcervejarias do Estado.

A fim de impulsionar os microempreendedores, todos os sábados de cada mês, é realizado em Nova Lima o evento Experimente – Feira de Cervejas Artesanais, reunindo várias cervejarias. Da mesma forma, ensejando incentivar tal proposta, encaminho este projeto.

Espero contar com o apoio e a aprovação dos nobres pares desta Casa para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.065/2017

Institui o Dia Estadual da Eficiência Energética.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual da Eficiência Energética, a ser comemorado anualmente no dia 5 de março.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Reuniões, 10 de março de 2017.

Deputado Gil Pereira (PP)

Justificação: Submeto à apreciação desta egrégia Casa Legislativa o projeto de lei que institui o Dia Estadual da Eficiência Energética. A data que também comemora o Dia Mundial da Eficiência Energética, ainda pouco conhecida no Brasil, foi criada há 19 anos na Áustria, durante a primeira conferência internacional sobre o tema, buscando ampliar o conhecimento geral sobre o uso consciente de energia e contribuir para a solução da crescente crise energética que assola todo o planeta. Ineficiência energética ocorre no desperdício de recursos ou uso de equipamentos que gastam mais do que deveriam. Para cumprir o prometido no Acordo de Paris e dar sua parcela justa nas emissões de gases de efeito estufa – GEE –, países de todo o mundo têm investido em formas de energia que não emitam ou emitam menos desses gases. No Brasil, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Serviço de Conservação de Energia – Abesco –, cerca de 50 mil gigawatts/hora por ano são gastos por falta de eficiência. Isso equivale à capacidade plena da Usina de Itaipu e um gasto de R\$ 12 bilhões (a preços de 2014). Em relatório do International Energy Efficiency Scorecard com as principais economias consumidoras de energia, o Brasil aparece em penúltimo lugar em políticas para eficiência energética, à frente apenas da Arábia Saudita. Na Política Nacional de Eficiência Energética, o Brasil prevê reduzir 10% no consumo até 2030, o equivalente a uma economia de 106 TWh e redução de 30 milhões de toneladas de CO² naquele ano, mas ainda falta implementar e pensar a energia desde o início, como sistemas de transporte mais eficientes ou construção de edifícios que aproveitem luminosidade e ventilação naturais sem depender de aparelhos de ar condicionado, o grande vilão do aquecimento global nas residências. O investimento em sistemas de minigeração e microgeração de energia elétrica também é de extrema importância, pois diminui a demanda de energia de grandes centrais hidrelétricas e termelétricas, com benefícios para o planeta, empregos para o país e redução de tarifa para o consumidor. Diante do exposto e visando conscientizar e divulgar a importância do tema, conto com o imprescindível apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto apresentado, criando o dia 5 de março como o Dia Estadual da Eficiência Energética.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Minas e Energia para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.066/2017

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais e Agropecuaristas da Comunidade das Posses, com sede no Município de Coqueiral.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais e Agropecuaristas da Comunidade das Posses, com sede no Município de Coqueiral.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de março de 2017.

Deputado Duarte Bechir (PSD)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.067/2017

Declara de utilidade pública a Associação da Rua para o Futuro, com sede no Município de Itabira.



A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação da Rua para o Futuro, com sede no Município de Itabira.

Sala das Reuniões, 13 de março de 2017.

Deputado Tito Torres (PSDB)

Justificação: A Associação da Rua para o Futuro é uma entidade civil, sem fins lucrativos, apolítica, de caráter cultural e filantrópica, e sem discriminação religiosa, social e racial. Uma de suas finalidades é o desenvolvimento de trabalhos sociais e culturais com crianças e adolescentes em situação de risco ou não.

A entidade também promove o desenvolvimento de projetos públicos e a formação de agentes sociais prioritários na busca da construção da cidadania. Ela contribui ainda com ações centradas na transformação social e nos direitos humanos.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.068/2017

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas, com sede no Município de Congonhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas, com sede no Município de Congonhas.

Sala das Reuniões, 14 de março de 2017.

Deputado Tito Torres (PSDB)

Justificação: O Grupo Escoteiro Cidade dos Profetas é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, beneficente e filantrópico, apartidário, e sem discriminação religiosa, social e racial.

A entidade segue os princípios do escotismo, sendo um movimento educacional que, através de atividades variadas e atraentes, incentiva os jovens a assumirem seu próprio desenvolvimento e a se envolverem com a comunidade. O objetivo do grupo é contribuir para a formação de jovens engajados em conseguir um mundo melhor. Sendo assim, o movimento se preocupa em estar inserido no cotidiano dos jovens, adaptando-se às diferentes realidades e respeitando sua autonomia.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 6.535/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a instalação de radar eletrônico na MG-353, no trecho do perímetro urbano do Município de Goianá.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2017.

Deputado Noraldino Júnior (PSC)



Justificação: A instalação de um radar eletrônico na MG-353, no trecho que passa pela cidade de Goianá, é de suma importância para dar mais segurança a motoristas, ciclistas e pedestres que circulam na via. Os motoristas estão trafegando na rodovia acima do limite de velocidade permitido, o que tem aumentado o número de acidentes.

Posto isso, solicito aos nobres pares a aprovação desta proposição.

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 6.536/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com os policiais rodoviários federais do Grupo de Policiamento Tático pela operação que resultou na apreensão de 35kg de maconha em um ônibus que saiu de São Paulo (SP) em direção a Porto Seguro (BA).

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Sr. Osmar Serraglio, ministro da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T, Edifício Sede, Brasília, DF, CEP 70064-900; ao Departamento da Polícia Rodoviária Federal, na Rodovia BR-116, Km 768, Leopoldina, CEP 36700-000; e ao delegado de Polícia de Teófilo Otôni, na Rodovia BR-116, Km 278, Teófilo Otôni, CEP 39800-000.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues (PDT)

Justificação: Os policiais rodoviários federais agentes do Grupo de Policiamento Tático, durante fiscalização na BR-116, apreenderam 35kg de droga, que se encontrava com uma passageira de 18 anos.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTOS

Nº 6.537/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 21º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/3/2017, em Ubá, que resultou na apreensão de armas, munição, drogas, diversos objetos e quantia em dinheiro, na detenção de uma pessoa e na apreensão de um menor; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.538/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/3/2017, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de explosivos, armas, munição, diversos objetos e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.539/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/3/2017, em São João do Paraíso, que resultou na apreensão de mais de 50 pés de maconha e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)



Nº 6.540/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Polícia Militar e na 4ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/3/2017, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, na detenção de duas pessoas e na apreensão de três menores; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.541/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 5º Batalhão de Polícia Militar e na Companhia Independente de Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/3/2017, em Belo Horizonte, Bairro Madre Gertrudes, que resultou na apreensão de drogas, balanças, rádios e material para embalar drogas e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.542/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 50º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/3/2017, em Montes Claros, que resultou na apreensão de drogas, balanças de precisão e armas brancas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.543/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 28º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/3/2017, em Unai, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo, munição, na detenção de uma pessoa e na apreensão de um menor; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.544/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar e do Grupo Especial de Resposta Imediata, pela atuação na ocorrência, em 10/3/2017, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.545/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/3/2017, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de drogas, armas de fogo, munição, quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

REQUERIMENTO Nº 6.546/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Núcleo de Atendimento às Ocorrências de Maus-Tratos a Animais de Juiz de Fora pedido de providências para que apure a situação do canil municipal da cidade diante das denúncias de condições precárias da infraestrutura e de morte dos animais alojados no local em razão da falta de cuidados básicos.

Sala das Reuniões, 14 de março de 2017.



Deputado Noraldino Júnior (PSC)

Justificação: Recebemos várias denúncias referentes à situação dos animais no canil municipal de Juiz de Fora. Há relatos de baias superlotadas, falta de vacina, cães mortos em sacos pretos, entre outros.

O art. 5º da Lei nº 21970, de 2016, determina que o recolhimento de animais realizado pelo poder público deverá assegurar, em todas as suas etapas, o bem-estar dos cães e gatos e impõe que estes sejam esterilizados, identificados e permaneçam alojados em local separado de acordo com sua espécie, porte, idade e temperamento. Vejamos:

Art. 5º – No recolhimento de cães e gatos pelo poder público, serão observados procedimentos de manejo, de transporte e de guarda que assegurem o bem-estar do animal, e será averiguada a existência de responsável pelo animal.

§ 1º – O responsável pelo animal recolhido terá até três dias úteis para resgatá-lo, observado o disposto no § 5º.

§ 2º – O animal recolhido e não resgatado pelo seu responsável será esterilizado, identificado e disponibilizado para adoção.

§ 3º – Os locais destinados a guarda e exposição dos animais disponibilizados para adoção serão abertos à visitação pública, devendo os animais ser separados segundo sua espécie, seu porte, sua idade e seu temperamento.

§ 4º – É proibida a entrega de cães e gatos recolhidos por órgãos ou entidades públicos para a realização de pesquisa científica ou apresentação em evento de entretenimento.

§ 5º – O cão ou gato que tenham, comprovadamente, sofrido atos de crueldade, abuso ou maus-tratos e que tenham sido recolhidos nos termos deste artigo não serão devolvidos a seu responsável, devendo ser esterilizados e disponibilizados para adoção.

Sendo assim, resta verificada a necessidade de atuação do Núcleo de Proteção Animal de Juiz de Fora a fim de apurar as condições dos animais e tomar as providências cabíveis, caso seja necessário.

Posto isso, solicito aos nobres pares a aprovação desta proposição.

– À Comissão de Meio Ambiente.

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Dilzon Melo.

Oradores Inscritos

– Os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Sargento Rodrigues, João Leite e André Quintão proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra, com muita alegria, a presença, nas galerias, de alunos do primeiro período do curso de direito da Faculdade Unificada de Teófilo Otoni. Muito obrigado pela presença de todos.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 15, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 16/3/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica em Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso na votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015; sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato; e sobre as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 40/2016, do Nome do Senhor Rodrigo de Melo Teixeira para o Cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam

Nos termos regimentais, convoco os deputados Dilzon Melo, Cássio Soares e Durval Ângelo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do indicado, discutir e votar o Parecer para o Turno Único da Indicação nº 40/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 15 de março de 2017.

Tadeu Martins Leite, presidente.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 14/3/2017, a seguinte comunicação:

Do deputado Dilzon Melo em que notifica o falecimento do Sr. Luiz Lopes do Nascimento, ocorrido em 10/3/2017, em Felício dos Santos. (– Ciente. Oficie-se.)

COMUNICAÇÕES

– O presidente deu ciência ao Plenário, na 15ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, em 15/3/2017, das comunicações apresentadas pelos deputados

Agostinho Patrus Filho – indicando o deputado Hely Tarquínio para membro efetivo da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação nº 40/2016, na vaga do deputado Inácio Franco, uma vez que este foi eleito membro da Mesa da Assembleia para o biênio 2017-2018 (Ciente. Designo. Às comissões.);

e Gustavo Corrêa – indicando os deputados Bonifácio Mourão, Gil Pereira, João Leite, Luiz Humberto Carneiro e Tito Torres para vice-líderes do Bloco Verdade e Coerência (Ciente. Publique-se.).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/3/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Renato Sampaio Preste, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Piccinini;

nomeando Diego Vinicius de Oliveira Amora, padrão VL-38, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Piccinini.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – IPLEMG

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, no uso de suas atribuições, convoca os contribuintes do instituto para a reunião ordinária da assembleia geral, a realizar-se às 10 horas do dia 28/3/2017, terça-feira, na sua sede, na Av. Álvares Cabral, nº 1830, 5º andar, com a seguinte pauta:

I – tomar conhecimento da situação do instituto no exercício de 2016, examinar e aprovar as contas e o relatório da diretoria;

II – eleger os membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal e os membros da Diretoria para o biênio 2017-2019, das 11 às 16 horas, durante a assembleia geral, observando-se o seguinte:

a) as chapas para as eleições do Iplemg deverão ser completas e entregues para registro na sede do instituto, na Av. Álvares Cabral, nº 1830 – 4º andar, ao Sr. João Alves Cardoso, Secretário do Conselho Deliberativo e da assembleia geral, até 72 horas antes do pleito;

b) não será considerada a assinatura de um mesmo contribuinte que figurar em mais de uma lista de apoio às chapas para as eleições do Iplemg para o biênio 2017-2019;

c) a legislação do Iplemg não admite que o contribuinte vote através de procurador nem por correspondência;

III – deliberar sobre assuntos gerais de interesse do Instituto.

Belo Horizonte, 15 de março de 2017.

Gerardo Renault, presidente do Iplemg.

Avenida Álvares Cabral, nº 1830 – 4º andar – 30.170-008 – Santo Agostinho – B. Horizonte – MG – Telefone: (31) 3291-1944 ou (31) 3291-1947.